



Id:0738562C7B00196D

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA GRANDE
GABINETE DA PREFEITA

LEI nº 465 de 02 de junho de 2026.

"Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do município de Ilha Grande - PI. CMDPD/ ILHA GRANDE- PI e a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE ILHA GRANDE, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a câmara municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD- Ilha Grande -PI, órgão colegiado de caráter permanente, consultivo, propositivo, deliberativo, fiscalizador, e articulador das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da pessoa com Deficiência tem por finalidade possibilitar a participação popular nas discussões, proposições, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas a assegurar o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, em todas as esferas da administração pública do município, a fim de garantir a promoção e proteção das pessoas com deficiência, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das pessoas com deficiência no município de Ilha Grande.

Art. 3º Para os efeitos desta lei considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será um órgão de caráter deliberativo, com as seguintes competências:

I – Avaliar, propor, discutir e participar da formulação, acompanhar a execução e fiscalizar as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência, observada a legislação em vigor, visando à eliminação de preconceitos e a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Município;

II – Formular planos, programas e projetos da política municipal voltadas à pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à completa implementação e ao adequado desenvolvimento destes planos, programas e projetos;

III – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas municipais para a promoção e inclusão das pessoas com deficiência, por meio da elaboração do plano diretor de programas, projetos e ações, bem como pela obtenção dos recursos públicos necessários para tais fins;

IV – Acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais de acesso à saúde, à educação, à assistência social, à habilitação e à reabilitação profissional, ao trabalho, à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer;

V – Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, indicando ao Secretário responsável pela execução da política pública de atendimento às pessoas com deficiência as medidas necessárias à consecução da política formulada e do adequado funcionamento deste Conselho;

VI – Acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a Organizações da Sociedade Civil, atuantes no atendimento às pessoas com deficiência;

VII – acompanhar, mediante relatório de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão das pessoas com deficiência;

VIII – propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas governamentais diretamente ligadas à proteção e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência;

IX – Oferecer subsídios para elaboração de anteprojetos de Lei atinentes aos interesses das pessoas com deficiência;

X – Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito às pessoas com deficiência;

XI – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas sobre a questão das deficiências;

XII – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

XIII – pronunciar-se sobre as matérias que lhe sejam submetidas por meio da Secretaria responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência;

XIV – aprovar critérios para o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento às pessoas com deficiência que pretendam integrar o Conselho Municipal;

XV – Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às pessoas com deficiência, adotando as medidas cabíveis;

XVI – promover canais de diálogo com a sociedade civil;

XVII – propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência;

XVIII – receber de órgãos públicos, entidades privadas ou de particulares todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade;

XIX – manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

XX – avaliar anualmente o desenvolvimento municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência visando à sua plena adequação;

XXI – realizar em conjunto com o Poder Executivo, em processo articulado com a Conferência Nacional e Conferência Estadual, a convocação de Conferência Municipal e aprovar as normas de funcionamento da mesma, constituindo a comissão organizadora e o respectivo regimento interno;

XXII – elaborar seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O funcionamento do Conselho, bem como a criação de comissões, grupos de trabalho, regras quanto ao processo eleitoral de representantes da sociedade civil, entre outras, serão definidos em seu Regimento Interno.

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composto paritariamente por 06 (seis) membros titulares, sendo 03 (três) representantes da organização da sociedade civil e 03 (três) representantes de órgãos governamentais, para mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução por igual período.

Parágrafo Único. Não havendo entidades em quantidade suficiente no município para garantir a alternância no Conselho, será permitida a recondução por quantos períodos se fizerem necessários.

I – O Poder Executivo indicará representantes governamentais das seguintes pastas:

01 (um) da Secretaria Municipal da Assistência Social;

01 (um) da Secretaria Municipal da Saúde;

01 (um) da Secretaria Municipal de Educação;

Parágrafo Único. Não havendo entidades em quantidade suficiente no município para garantir a alternância no Conselho, será permitida a recondução por quantos períodos se fizerem necessários.

II – Os representantes da Sociedade Civil serão oriundos de Entidades organizadas, diretamente ligadas à defesa e garantia de direitos, e/ou ao assessoramento, e/ou à representação e/ou ao atendimento da pessoa com deficiência, legalmente constituídas e em funcionamento há, pelo menos, um ano no município, representantes dos seguintes segmentos:

01 (um) representante da Associação de Pais e Apoiadores da Pessoa com Deficiência (APAPDIG);

01 (um) representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ilha Grande-PI;

01 (um) representante do Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal CADÚNICO;

§ 1º Não havendo no município Entidades representativas dos segmentos estabelecidos nas alíneas a, b, c, do inciso II, a representação no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, deverá ser composta por pessoa com deficiência (pessoa física), da respectiva área faltante, participante ativamente na defesa e garantia dos direitos do seu segmento.

Art. 6º A eleição das Entidades representantes de cada segmento, bem como das Pessoas com Deficiência, dar-se-á preferencialmente em Fórum próprio.

Parágrafo Único. A Entidade eleita oficiará ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, informando o nome de seu titular e suplente.

Art. 7º Os representantes dos órgãos Governamentais serão indicados pelas Secretarias que os compõe.

Art. 8º Cada representante definido no art. 5º terá um suplente com plenos poderes para substituí-lo provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, no caso de vacância da titularidade.

Art. 9º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência contará com uma Mesa Diretora, composta de Presidente e Vice – Presidente.

Parágrafo único. O presidente e o vice-presidente serão eleitos entre seus membros para mandato de 03 (três) anos, garantindo a alternância entre os segmentos Sociedade Civil e Governo.

Art. 10 O secretário executivo do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e aprovado pelo próprio Conselho.

Parágrafo único. A Secretaria a qual o Conselho estiver vinculado, assegurará a estrutura administrativa, financeira e de recursos humanos necessárias para o adequado desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 11 Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão nomeados pelo Poder Executivo que, respeitando a eleição de que trata o artigo 6º, homologará e os nomeará por decreto, empossando-os em até 30 (trinta) dias contados da data da eleição.

Art. 12 As funções de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço de relevância pública prestado ao Município.

Art. 13 Para instalação e composição do primeiro colegiado de Conselheiros, o órgão gestor responsável pelo CMDPD, no prazo máximo de 60 dias, contados da publicação da presente lei, criará comissão paritária para realização de Fórum próprio estabelecido no art.6º, dando-lhe todas as condições de realização.

Art. 14 Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD.

§ 1º – O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD está vinculado diretamente ao Secretário ou Profissional designados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) que será responsável pela deliberação, controle e fiscalização.

§ 2º – O orçamento do FMDPD será uma unidade orçamentária própria e integrará o orçamento geral do município de Ilha Grande-PI.

§ 3º – A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas ao presente Fundo será feita por dotação consignada na Lei do Orçamento.

Art. 15 O Fundo ora criado será o captador e aplicador dos recursos destinados à cobertura e/ou complementação de planos, programas, projetos e promoções específicas desse setor, cujo controle será feito através dos respectivos planos obrigatórios de aplicação, aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, tais como:

– Registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios ou por doação ao Fundo;

– Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado ou pela União em benefício de políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência;

– Liberar recursos a serem aplicados em ações e benefício das pessoas com deficiência, conforme o plano de aplicação de recursos, aprovados pelo CMDPD.

Art. 16 Constituirão receitas do Fundo:

– Recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado, vinculados à Política Nacional/Estadual voltados para a Pessoa com Deficiência;

– Transferências de recursos especialmente consignados ao Fundo;

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA VITURIANO RIBEIRO Nº 292, CENTRO.
CNPJ: 20.529.412/0001-20



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2026 –
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025

“Dispõe sobre a Convocação de Candidatos Aprovados e cadastro de reserva em Processo Seletivo Simplificado 01/2025.”

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA GRANDE, por meio da **Secretaria Municipal de Educação**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto Municipal nº 020, de 31 de julho de 2025, que homologou o resultado final do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 01/2025, torna público a convocação dos candidatos aprovados e Cadastros de Reserva (CR) para os cargos ofertados neste certame.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Ficam Convocado(a)s, na forma do **Anexo I** deste Edital, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado – PSS, para atuação na Rede Municipal de Ensino.

1.2. Considerando que não houve, no presente certame, etapa de manifestação de preferência por localidade, a distribuição das vagas foi definida a critério da Administração Municipal, observando-se a ordem de classificação final dos candidatos e as necessidades pedagógicas e administrativas da Secretaria Municipal de Educação.

1.3. Os(a) candidato(a)s convocado(a)s deverão se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no prazo definido em cronograma, a contar da publicação deste edital, para assinatura do contrato temporário e início das atividades, munidos da documentação exigida no edital de abertura.

1.4. O não comparecimento no prazo estabelecido implicará na desistência do candidato, sendo convocado o próximo colocado na lista de classificação.

2. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

O candidato convocado deverá comparecer no dia e horário estabelecidos no cronograma (Item 4 deste Edital) munido obrigatoriamente dos seguintes documentos originais e fotocópias legíveis, ou impressões de documentos digitais emitidos por órgãos oficiais, conforme o caso:

2.1 Documentação Pessoal e Cadastral

- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- 01 (uma) fotografia 3x4 recente e original;
- Original e fotocópia do Comprovante de Residência atualizado (expedido há, no máximo, 90 dias) em nome do(a) candidato(a) ou de parente de 1º grau ou cônjuge;
 - Na ausência de comprovante em nome próprio, será aceito em nome de terceiro, acompanhado de Declaração de Residência assinada pelo proprietário do imóvel, com cópia de documento de identidade com foto do mesmo para conferência da assinatura, ou, alternativamente, declaração com firma reconhecida em cartório;
- Original e fotocópia, ou documento digital impresso, do **CIN/RG** com data de expedição não superior a 10 (dez) anos, ou da **CNH** dentro do prazo de validade;
- Comprovante de situação cadastral regular do **CPF**, emitido no site da Receita Federal ([link](#));
- Original e fotocópia do **Título de Eleitor** ou Título de Eleitor digital, acompanhado de **Certidão de Quitação Eleitoral** emitida no site do TRE-PI;
- Certificado de Reservista ou documento equivalente, para candidatos do sexo masculino até 45 anos de idade;
- Autorização para depósito em conta bancária, contendo os dados completos e cópia do cartão ou documento do banco (Banco do Brasil, salvo disposição em contrário);

2.2 Documentação Escolar e Profissional

- Original e fotocópia do **Comprovante de Escolaridade** exigido para o cargo, devidamente registrado e reconhecido pelo MEC;
- Original e fotocópia do **registro no respectivo conselho profissional**, quando exigido para o cargo;
- Certidão de Quitação** junto ao conselho profissional correspondente, quando couber;
- Original e fotocópia, ou documento digital impresso, da **Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)**, física ou digital;
- Número de inscrição no **PIS/PASEP**;

2.3 Documentação Familiar

- Original e fotocópia da **Certidão de Casamento** com as averbações, se houver;
- Original e fotocópia da **Certidão de Nascimento** contendo CPF ou documento de identificação (CIN/RG) dos filhos menores de idade, se houver;

2.4 Documentos Originais a Serem Emitidos ou Preenchidos no Setor de Recursos Humanos (Anexo II)

- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei nº 8.112/90;
- Autorização de Depósito em Conta
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, ou, no caso de acumulação legal, apresentação de documento comprobatório emitido pelo órgão de origem contendo cargo, carga horária, horário de trabalho e regime jurídico;
- No caso de acumulação legal com aposentadoria, documento comprobatório contendo o regime previdenciário e o cargo em que ocorreu a aposentadoria;

2.5 Certidões Negativas

- Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí ([www.tre-pi.jus.br](#));
- Certidões de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (1º e 2º Graus), emitidas no site do Tribunal de Justiça do Piauí ([www.tjpi.jus.br](#));
- Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, emitida no site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](#));
- Certidão de Quitação com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino).

3. LOCAIS DE LOTAÇÃO

(Continua na próxima página)

- Receitas resultantes de doações da iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas;
- Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- Transferências do exterior;
- Dotações orçamentárias da União, do Estado e do próprio município, previstas especificamente para o atendimento desta lei;
- Dotações orçamentárias da União, do Estado e do próprio município, previstas especificamente para o atendimento desta lei;
- Receitas de acordos, convênios e ajustes com órgãos públicos e da iniciativa privada, destinados ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Valores decorrentes de multas por descumprimento às normas e princípios legais específicos à proteção, assistência e acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Parágrafo único. As normas de acessibilidade, infrações, valores e formas para aplicação das multas no município, serão fixadas por decreto próprio a ser publicado pelo poder executivo.
- outras receitas.
- O saldo positivo do fundo apurado em balanço no término de cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte.

Art. 17 Constituirão despesas do Fundo, entre outras:

- No apoio ao desenvolvimento das ações priorizadas na política pública voltada para a pessoa com deficiência, aprovadas pelo Conselho Municipal, na forma da lei vigente;
- No apoio aos programas e projetos de pesquisa, de estudos e de capacitação de recursos humanos necessários à execução das ações de prevenção, habilitação, reabilitação, inclusão, tecnologias assistivas, entre outras e equiparação de oportunidade em favor da pessoa com deficiência;
- Na manutenção da estrutura do Conselho Municipal, bem como nos programas de capacitação permanente dos Conselheiros;
- No custeio das eventuais atividades dos Conselheiros, no exercício da função, excetuando-se quaisquer remunerações de caráter laboral;
- No apoio ao desenvolvimento e à implementação de sistemas de diagnósticos, controle, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, programas governamentais e não governamentais voltados para a pessoa com deficiência;
- Na promoção de campanhas educativas, seminários e demais eventos cuja finalidade seja a defesa, promoção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

- No financiamento de ações, programas e projetos da rede socioassistencial que atua no campo da defesa e garantia de direitos, e/ou ao assessoramento, e/ou à representação e/ou ao atendimento da pessoa com deficiência;

Parágrafo único. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos do fundo para manutenção de quaisquer outras atividades que não tenham vinculação com as políticas de defesa e promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Art. 18 Os recursos destinados ao Fundo serão depositados, em conta bancária especial designada “Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência”, que será movimentada conforme planejamento previsto nessa Lei, respeitando todas as demais legislações vigentes sobre movimentação de recursos públicos.

Art. 19 Ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social o envio ao CMDPD, dos extratos bancários e contábeis, trimestralmente, devendo constar neles a definição individualizada de receitas e despesas efetivamente realizadas, para o controle e aprovação da plenária.

Art. 20 A Prestação de Contas dos recursos destinados a financiar os Planos de Trabalhos, Programas, Projetos e Promoções apresentados e aprovados, será feita pelas Instituições contempladas ao órgão gestor, que após comprovar a aplicação dos recursos liberados, encaminhará ao CMDPD para aprovação da mesma, em cumprimento ao Termo de Parceria Firmado com o Município.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilha Grande – PI, 02 de junho de 2026.

MARINA DE OLIVEIRA
BRITO:83103449372
Assinado de forma digital por
MARINA DE OLIVEIRA
BRITO:83103449372
Dados: 2026.06.03 10:27:04 -03'00'
MARINA DE OLIVEIRA BRITO
Prefeita do Município de Ilha Grande - PI